



Frente Parlamentar Mista
do Serviço Público

Em defesa dos servidores públicos e por um serviço público de qualidade

MANIFESTO EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO - 2023

As entidades e parlamentares presentes ao Ato de Relançamento da FRENTE PARLAMENTAR MISTA DO SERVIÇO PÚBLICO, em 13 de junho de 2023, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, apresentam, por meio deste manifesto, sua mais veemente defesa do Serviço Público Brasileiro, vinculado às três Esferas de Governo, nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, assim como dos servidores que o fazem funcionar apesar de todas as dificuldades de cunho estrutural, organizacional, administrativa e política.

As dificuldades encontradas pelas servidoras e servidores no exercício de suas atividades e pela população usuária na busca de seus serviços é fruto há anos do descaso de autoridades vinculadas à classe dominante desde as mais básicas necessidades da população, em especial a parcela que mais necessita dos serviços do Estado. Para isso, nos últimos anos, com destaque ao período 2016/2022, governos vêm promovendo o desmonte de diversos serviços, além da dificuldade de acesso à população, enquanto incentivam o aparecimento e crescimento de empresas privadas em diversas áreas, buscando única e exclusivamente o lucro, sem nenhuma preocupação com o bem público e as necessidades da população, deixando cada vez mais uma grande parte da população desassistida. Esse descaso também tem sido grande em áreas estratégicas para o país, como a segurança (quer nas cidades, no campo, nas estradas, ou nas fronteiras, onde atuam servidores de diversos órgãos conjuntamente, com destaque para o combate ao contrabando e o tráfico de entorpecentes e armas, além da segurança em saúde, entre outros), a defesa do meio ambiente, a garantia de vida, das terras e da cultura de populações indígenas e tradicionais. Também são atingidos pela política vigente e que merecem destaque são as áreas de controle e fiscalização em diversos segmentos, onde podemos citar a fiscalização do trabalho, que busca garantir a aplicação da legislação trabalhista e o combate ao trabalho análogo à escravidão, a auditoria fiscal agropecuária, que garante a segurança alimentar na produção, juntamente com importações e exportações de produtos de origem animal e vegetal, a Receita Federal. Também são vítimas de ataques o desenvolvimento tecnológico, a ciência e pesquisa e em todas as suas frentes de atuação. Não podemos deixar de mencionar a advocacia pública, a defensoria pública e o serviço exterior brasileiro, essencial na execução da política exterior do Brasil e no acompanhamento e atendimento ao cidadão brasileiro fora do nosso país. Também destacamos os servidores e os serviços prestados pelos Poderes Judiciário, nas esferas federal e estaduais, responsáveis pela administração da Justiça, através do cumprimento de normas judiciais, legais e constitucionais além do Legislativo nas três esferas de governo, com a responsabilidade pela elaboração, atualização e modernização de normas legais e constitucionais.

O que presenciamos no último período, através de notícias veiculadas na imprensa e de informações ditas não oficiais divulgadas na rede mundial de computadores, são sinalizações dentro da política de desmonte do Estado promovida pelo gestão anterior do governo federal, com a conivência, colaboração e apoio de diversos governos estaduais e municipais de avançar com mais força nesse processo, avançando na implantação do chamado Estado mínimo, através da política ultraliberal com fechamento ou redução drástica de diversos serviços públicos, com graves ataques a servidoras e servidores. com graves consequências para a sociedade como um todo, em especial os que dependem exclusivamente dos serviços públicos.



frenteservicopublico



frenteservicopublico



FrenteServicoPublico



(61) 9999-3073

Com o falso discurso de modernidade, o que vimos do último governo foram propostas de redução do Estado, inclusive da sua força de trabalho, com destaque para a Proposta de Emenda Constitucional nº 32/2020, que atingiria servidores das três esferas, através de um pacote de cortes e de limitações do exercício das atividades dos trabalhadores no serviço público. Entre outros pontos dessa reforma encaminhada, felizmente não aprovada, estão a flexibilização da contratação no serviço público, com o fim da estabilidade dos servidores, que juntamente com “novos” critérios de avaliação de desempenho que permitem a demissão por insuficiência de desempenho. Essas propostas, além de facilitar a perseguição política e permitir o ingresso que não por concurso público, facilita a ampliação das contratações temporárias e de terceirizações, parte da privatização dos serviços públicos. As carreiras remanescentes sofreriam com a fusão de carreiras e de atividades, não respeitando as especificidades de diversas atividades, cargos e carreiras, voltando a uma estrutura parecida com a aplicada pela ditadura militar há décadas atrás, o que dificultaria o desenvolvimento dos servidores em suas carreiras.

Outra questão avaliada pelo governo anterior foi a apresentação de projeto instituindo uma lei de greve exclusiva para servidores, bem como um novo código de conduta, limitando e dificultando a atuação sindical e, por consequência, a luta por manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores no serviço público, além da restrição da atuação dos servidores em suas funções.

As propostas, como a PEC 32/2020 (formalmente ainda em tramitação), e outras iniciativas do governo anterior, como a “reforma administrativa silenciosa”, assim chamada pelo então ministro Paulo Guedes e implementada através de proposições infralegais (decretos, portarias e outras normas) causam muita preocupação quanto ao futuro dos servidores e do serviço público, comprometendo o atendimento das necessidades da população, do desenvolvimento da sociedade, como também da soberania e independência científica e tecnológica brasileiras.

Temos clara a necessidade de atualização e modernização de todos os serviços públicos, quer federais, estaduais e municipais, com foco no desenvolvimento da nação e no atendimento às necessidades da sociedade brasileira, com um corpo funcional bem preparado, formado, tecnicamente capaz, instrumentalizado e em quantidade adequada ao atendimento das diversas necessidades da sociedade. Para isso, propomos um amplo debate sobre o serviço público brasileiro, suas necessidades e perspectivas. Assim, consideramos de extrema importância e urgência a revogação de todos os atos encaminhados e/ou implementados pelo governo anterior.

Especificamente em relação à PEC 32/2020, é sabido que a devolução da proposição ao Poder Executivo a partir de solicitação do Presidente da República (desejo já manifestado pelas entidades representativas dos servidores), considerando a fase de tramitação em que se encontra, depende da aprovação do Plenário da Câmara dos Deputados. Também é sabido que ainda não há a garantia da quantidade de votos necessária para aprovar essa devolução. Isso será possível a partir da mobilização dos servidores junto aos parlamentares, tanto na Câmara, quanto nas suas bases, assim como foi feito para garantir a não votação da proposta. Não podemos permitir que o atual presidente da Câmara dos Deputados mantenha a possibilidade de votação da PEC 32/2020 como uma ameaça, não só em contraposição às políticas propostas pelo atual governo, mas também aos servidores e usuários do serviço público.

Por fim, precisamos manter a organização e a mobilização conseguidas até aqui, lembrando que as forças favoráveis ao desmonte e ataques ao serviço público seguem com muita força no Congresso Nacional e outras casas legislativas, resultante das últimas eleições gerais. Apenas a mobilização, a informação e a organização dos servidores através das suas entidades e da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público poderemos impedir que essas forças atinjam seus objetivos e avançarmos na recuperação, reestruturação e evolução da administração pública brasileira.

